



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA  
INSTITUTO DE ESTUDOS DO XINGU – IEX  
FACULDADE DE LETRAS E EDUCAÇÃO - FALED  
CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

**DILMA COSTA FERREIRA**

**Memória e política de esquecimento da Ditadura Militar (1964-1985) nos contos “A  
mancha” e “Condomínio” de Luis Fernando Verissimo**  
Trabalho de Conclusão de Curso

**São Félix do Xingu-PA  
2022**

**DILMA COSTA FERREIRA**

**Memória e política de esquecimento da Ditadura Militar (1964-1985) nos contos “A  
mancha” e “Condomínio”, de Luis Fernando Verissimo**  
Trabalho de Conclusão de Curso

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
- UNIFESSPA, como requisito parcial para  
obtenção de título de Licenciada em Letras  
com habilitação em língua portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Carneiro  
Costa.

**São Félix do Xingu-PA**  
**2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

FERREIRA, Dilma Costa

Memória e política de esquecimento da Ditadura Militar (1964-1985) nos contos “A mancha” e “Condomínio”, de Luis Fernando Verissimo / Dilma Costa Ferreira, 2022.

Trabalho de conclusão de curso necessário à graduação em Letras – Língua Portuguesa. Instituto de Estudos do Xingu, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2022

1. Literatura xxxxxx 2. xxxxxxxx 3. xxxxxxxx

Índice para catálogo sistemático: xxxxxxxxxx

**DILMA COSTA FERREIRA**

**Memória e política de esquecimento da Ditadura Militar (1964-1985) nos contos “A  
mancha” e “Condomínio”, de Luis Fernando Verissimo**

Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em 01 de junho de 2022, pela Banca  
Examinadora constituída por:

Prof. Dr. Carlos Augusto Carneiro Costa  
Presidente da banca

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana de Barros Ataíde  
Membro Interno (titular)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida Cruz de Oliveira  
Membro Interno (titular)

*À minha família e amigos,  
Aos familiares dos torturados, mortos e desaparecidos políticos no período da Ditadura  
Militar no Brasil (1964-1985),  
Aos resistentes.*

## **AGRADECIMENTOS**

Os agradecimentos, por me permitirem chegar ao final dessa jornada, são aos meus pais José e Elenita.

Aos meus irmãos Dione e Dionise. A minha tia Renalda, e minha primeira professora.

Ao meu companheiro e amigo Paulo, pelo amor e dedicação a mim e a nossa família.

Aos meus amados filhos Mateus e Luna, razão de minhas lutas diárias.

Aos meus colegas do Curso de letras, em especial Glória, Elzirene, Samara, Natália, Cintia, Rosangela e Thallya. Amigas da faculdade para a vida.

Aos professores de Letras, em especial o professor Paulo Antônio que acreditou em mim e mudou completamente os rumos da minha vida acadêmica, a professora Luciana Ataíde, sempre dedicada e atenciosa.

Ao meu orientador, professor Carlos Augusto Costa por embarcar comigo nesta jornada.

Aos componentes da banca examinadora.

*“Anos 70, meu filho. Quem é que se lembra dos anos 70? Eu não lembro mais nada”.*

Luis Fernando Verissimo

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso é produto de reflexões acerca de memórias de acontecimentos traumáticos vividos na Ditadura Militar no Brasil, com início no ano 1964 e término em 1985, e a política de esquecimento que se instaurou posteriormente. O período do Regime Militar desencadeou prisões acompanhadas de tortura, mortes e desaparecidos políticos, causando uma ferida que ainda continua aberta, cujo tema demanda reflexão crítica e tomada de consciência que só é possível através da manutenção da memória coletiva. A pesquisa, por meio da revisão de literatura, desenvolveu-se em torno da seguinte situação/problema: como os contos em análise representam as memórias da Ditadura e evidenciam sua continuação na contemporaneidade? Como objetivo geral intentamos produzir uma análise interpretativa dos contos “A mancha” e “Condomínio” de Luis Fernando Verissimo, por perceber dificuldades em se tematizar memórias da Ditadura e sua continuação, embora em outros moldes, mesmo que para fins legais, tal Regime tenha encerrado em 1985. Os contos retratam o sofrimento dos sobreviventes de tortura no Regime Militar. Em “A mancha” é possível perceber que há uma tentativa de silenciamento do torturado Rogério, por parte dos reacionários, a ponto de a personagem principal não conseguir nem mesmo falar sobre seu passado político com a própria filha, restando-lhes apenas uma falsa paz. Já a personagem João, do conto “Condomínio”, consegue mais abertura para falar sobre seu passado com o seu algoz, chegando a tentar enfrentá-lo por meio das palavras, no desejo de que este ao menos se retratasse, o que não ocorreu. Ao final, devido ao seu novo Estado financeiro e artificial, João acaba sucumbindo ao sistema, convivendo com seu torturador de forma pacífica. E presenciemos o silenciamento da voz e o apagamento da memória de João. A análise interpretativa a que nos dedicamos evidenciou dois aspectos: o silenciamento das vozes e a tentativa de apagamento das memórias de um passado histórico de tortura e repressão por um lado, e por outro, a continuação da Ditadura, agora da classe dominante em detrimento da população pobre e marginalizada.

**Palavras-chave:** Memória. Ditadura Militar. Política de esquecimento.



## ABSTRACT

The present course conclusion work is the product of reflections about memories of traumatic events experienced in the military dictatorship in Brazil, starting in 1964 and ending in 1985, and the policy of forgetting that was established later. The period of the military regime triggered arrests accompanied by torture, deaths and political disappearances, causing a wound that still remains open, whose theme demands critical reflection and awareness that is only possible through the maintenance of collective memory. The research, through a literature review, aimed to produce an interpretative analysis of the short stories “A Mancha” and “Condomínio” by the author Luis Fernando Verissimo. The tales portray the suffering of torture survivors in the military regime. In “The stain” it is possible to see that there is an attempt to silence the tortured Rogério, by the reactionaries, to the point that the main character is not even able to talk about his political past with his own daughter, leaving them only with a false peace. On the other hand, the character João, from the short story “Condomínio”, gets more openness to talk about his past with his tormentor, even trying to face him through words in the desire that he at least portray himself, which did not happen. In the end, due to his new financial and artificial state, João ends up succumbing to the system, living peacefully with his torturer. And we witness the silencing of the voice and the erasure of João's memory. The interpretative analysis to which we dedicated ourselves highlighted two aspects: the silencing of voices and the attempt to erase the memories of a historical past of torture and repression on the one hand, and on the other hand, the continuation of the dictatorship, now of the ruling class to the detriment of the poor and marginalized population.

**Key-words:** Memory. Military dictatorship. Oblivion policy.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Monumento em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos, Parque Ibirapuera.....	21
Figura 2: Monumento aos Mortos e Desaparecidos na Luta Contra a Ditadura Militar.....	22
Figura 3: Parte dianteira do Memorial aos Mortos e Desaparecidos, Porto Alegre, 2013.....	23
Figura 4: Parte traseira do monumento contendo os nomes homenageados, 2013.....	24

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 A DITADURA MILITAR NO BRASIL: MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS E POLÍTICA DE ESQUECIMENTO.....</b>	<b>17</b>
1.1 Monumentos em homenagem a mortos e desaparecidos políticos no Regime Militar no Brasil (1964-1985).....	20
1.2. Luis Fernando Verissimo .....	25
1.3. A escrita literária e dificuldades em tematizar o horror na Ditadura e pós Ditadura.....	27
<b>2 REPRESENTAÇÃO DA DITADURA NOS CONTOS “A MANCHA” E “CONDOMÍNIO” .....</b>	<b>30</b>
2.1. O conto “A mancha” .....	31
2.1.1 Análise interpretativa da narrativa .....	35
2.2. O conto “Condomínio” .....	37
2.2.1 Análise interpretativa da narrativa .....	40
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a memória dos acontecimentos traumáticos vividos no período do Regime Militar no Brasil (1964-1985) é tema que necessita ser revisitado constantemente, sobretudo por conceber que “(...) a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente” (GAGNEBIN, 2006, p. 44).

Um passado que embora se mantenha vivo na memória dos torturados por meio do horror sofrido, há uma estimulante necessidade de esquecimento oriunda dos próprios entes queridos que recusam a sofrer novamente. Para Jeanne Gagnebin (2006, p. 46)

(...) O pesadelo comum que assombra as noites dos prisioneiros nos campos é retornar enfim para sua própria casa, sentar-se com os seus e começar a contar o horror já passado e ainda vivo, e notar então, com desespero, que os entes queridos se levantam e se vão, porque eles não querem nem escutar e nem crer nessa narrativa.

O medo de falar ou reviver o horror sofrido os impedem de pensar criticamente sobre esse período histórico. E é nesse sentido que rememorar é preciso, com vistas a não deixar o passado cair no esquecimento, pois “(...) A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente” (GAGNEBIN, 2006, p. 44).

Esquecer significa deixar de pensar criticamente os acontecimentos. E, no caso brasileiro, certamente ainda não superamos esse período histórico, que se apresenta tão atual. Atual pelas práticas governamentais e manutenção do poder de uma classe sobre a outra, de uma elite dominante sobre a classe pobre, que continuam iguais ou até mesmo mais sofisticadas que no passado.

Nesse contexto, as obras de Luis Fernando Verissimo são primordiais, pois além de propiciar a reflexão sobre o trauma e a memória, mostra como se dá a política de esquecimento e silenciamento de tais vozes que carregam os traumas e as memórias de um passado nebuloso que já se pretende esquecer pela dor e sofrimento que carrega tais lembranças.

(...) A política do esquecimento é uma das principais ferramentas utilizadas pela elite para manter a aparência democrática desse regime autoritário. Quando portador de memória coletiva, um povo pode refletir sobre os fatos políticos de seu país e do mundo, relacionando-os entre si, fazendo comparações e análises e, desse modo, tomando posições críticas em relação a eles e exercendo plenamente sua cidadania. Através do apagamento da memória coletiva, a elite impede que as classes dominadas percorram todo esse caminho reflexivo e, dessa forma, mantém sua posição de classe dominante (MONTARDO, 2001, p. 7).

Quando um povo consegue refletir sobre a situação política de seu país, voltando ao passado, fazendo análises e comparações, consegue pensar criticamente o presente e futuro de sua nação. Do contrário, negar ou instaurar uma política de esquecimento do passado, ou seja, apagar a memória coletiva, é uma forma de submeter a classe pobre ao domínio dos poucos que detém o poder, renegando-os à condição de marginalizados.

Consideramos que a importância da memória está em nos dar a ilusão de que, “(...) o que passou não está definitivamente inacessível, pois é possível fazê-lo reviver graças à lembrança” (CANDAUI, 2016, p. 15). A lembrança de acontecimentos que conduzem a uma memória coletiva e leva a reflexão crítica do passado e do presente.

Essa necessidade de se preservar a memória coletiva é constantemente retomada no conto “A mancha”. A personagem vive o dilema entre preservar o edifício antigo, possível local de tortura, criando uma espécie de memorial, preservando assim a memória coletiva, ou destruí-lo, enterrando com ele o passado, sem, contudo, resolver as questões que isso implica, esquecendo-o.

Nesse contexto, o presente trabalho objetivou analisar nos contos “A mancha” e “Condomínio”, de Luis Fernando Verissimo, as memórias traumáticas sofridas na Ditadura Militar e a política de esquecimento e silenciamento dessas memórias.

Consideramos que trazer à tona as atrocidades sofridas nesse passado histórico que ainda não foi reparado e esquecido é uma tarefa árdua e necessária. Para que as vítimas não sejam esquecidas ou mesmo silenciadas. Sobretudo na atualidade que até mesmo nega esse passado.

Em vista disso, é importante que os intelectuais brasileiros levem seu público à reflexão sobre tal assunto, para que haja uma maior conscientização acerca da relevância da memória coletiva. O cronista gaúcho Luis Fernando Verissimo frequentemente aborda em seus textos o tema da política do esquecimento. A importância deste autor como crítico deste tema está na abrangência de seu público e na clareza de sua linguagem (MONTARDO, 2001, p. 7).

A política de esquecimento que se instaurou no Brasil pós Ditadura Militar é uma tentativa de apagamento da memória coletiva com relação a violência sofrida nesse período. Felizmente, paralelo a isso, autores começaram a produzir obras literárias tematizando o horror e as memórias traumáticas desse período. Um ato de insurgência contra as atrocidades cometidas.

No Brasil, memoriais foram criados, através de reivindicações de movimentos organizados por famílias de pessoas mortas e desaparecidas políticas no Regime Militar (1964-1985), no intuito de homenageá-los. Contudo ainda prevalecem as tentativas de silenciamento e apagamento da memória coletiva, inclusive nesses locais, evidenciadas pela depredação de tais monumentos como pichações, e mesmo pela invisibilidade na qual se encontram, pois poucos reconhecem o motivo de suas edificações.

Embora, numa tentativa de reparação desse passado violento, tenha se criado monumentos e memoriais em homenagem aos mortos e desaparecidos no período da Ditadura Militar no Brasil, tais ações por si só não são suficientes. Faz-se necessário criar espaços de reflexões críticas sobre esse passado, e seus resquícios no presente, criando caminhos para uma posição contra a Ditadura e a opressão de qualquer natureza e isso se dá por meio da manutenção da memória coletiva.

E é nesse contexto que a própria produção literária ocupa também o papel de homenagear e refletir sobre esse período trágico vivido pela população brasileira. É preciso reconhecer ainda que,

Não há dúvidas sobre o impacto do regime na vida e na produção literária do período. Ficavam evidentes as esferas de atuação da truculência ditatorial, cuja censura se estendia desde a limitação da percepção e da experimentação do sujeito, o cidadão, até uma tentativa de castração da comunicação artística (DE ANDRADE, 2014, p. 146).

Como vemos a participação de autores e artistas foi extremamente importante nesse período. Atuavam a partir de suas produções contra a Ditadura. Essa relevância se estende aos dias atuais. É preciso discutir essas questões com vistas a reparar esse passado histórico homenageando os atores que foram importantes nessa luta, muitos mortos e desaparecidos políticos, mas, acima de tudo, criando ambiente propício para a reflexão crítica e a tomada de posição acerca do tema que continua atual.

A pesquisa aqui apresentada, se caracteriza como revisão de literatura, na qual buscamos os principais autores que dialogam com e sobre a literatura de resistência, em especial estudiosos das obras de Luis Fernando Verissimo.

Procedemos a análise de dois contos do autor citado, Luis Fernando Verissimo, “A mancha” (2003) e “Condomínio” (1982), os quais tematizam as memórias traumáticas das personagens que sofreram tortura durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).

O conto “A mancha” traz a personagem Rogério que sofre com os traumas vividos na prisão em momentos de tortura. Relutante em lembrar, pois lembrar é doloroso, Rogério, agora em sua condição de rico e com um passado misterioso, se vê em um dilema: esquecer o passado e suas memórias individuais ou torná-las coletivas. Criando uma espécie de memorial em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos no Regime Militar.

Ao se deparar com o prédio em que acredita ter sido torturado, suas memórias tomam materialidade. Ele busca por um companheiro de luta que a muitos anos não via. E descobre, afinal, que seu companheiro também quer enterrar o passado, seja pela dor ou pela culpa, pois aparentemente, ambos delataram seus companheiros que, possivelmente, foram mortos ou desaparecidos.

Outro dado importante que se apresenta no conto “A mancha” é a continuação da coação em diversos níveis contra a personagem torturada na Ditadura Militar no Brasil. Seja no âmbito doméstico por meio da esposa Alice, no meio social por meio do cunhado que debocha de seu passado e mesmo em seu trabalho, quando seu funcionário o questiona sobre sua decisão em relação ao prédio que comprara.

A coação dentro do conto remete a um exercício de dominação, prestando-se a normatizar as relações individuais, coletivas e privadas, utilizando o silêncio/segredo/esquecimento como arma para resguardar essas relações de uma revelação capaz de ameaçar a ordem assente. Além disso, a ausência de interlocutores, seja pelo silêncio ou pela recusa, aumenta ainda mais o caráter angustiante do indizível sobre a experiência da tortura (...) (ANDRADE, 2014, p. 155).

Já o conto “Condomínio” que também nos apresenta a João, um ex-militante, preso e torturado no período em que prevaleceu a Ditadura no Brasil (1964-1985). A personagem sofre em lembrar dos traumas vividos no passado, de opressão, tortura e a culpa por

possivelmente ter delatado seus companheiros, mesmo que inconscientemente, como insiste em afirmar.

Tudo isso soma-se ao imenso desejo de esquecer esse passado, deixando-o no passado, ao mesmo tempo que se questiona: de que valeu tanto esforço. Hoje, sua posição privilegiada de uma elite dominante, o faz acomodar-se com seu presente artificial. Chega ao ponto de não mais reconhecer os rostos que habitam o outro lado do muro: os pobres, pois já não se reconhece mais como um deles.

Podemos afirmar que os contos retratam o sofrimento dos sobreviventes da tortura no Regime Militar. Em “A mancha” é possível pensar que há uma tentativa de silenciamento do torturado Rogério, por parte dos reacionários no seu presente rico e pertencente a uma classe rica e opressora, a ponto de a personagem principal não conseguir nem mesmo falar sobre seu passado político com a própria filha, restando-lhes apenas uma falsa paz.

Já a personagem João, do conto “Condomínio”, consegue mais abertura para falar sobre seu passado com o seu algoz, chegando a tentar enfrentá-lo, por meio das palavras, no desejo de que este ao menos se retratasse, o que não ocorreu. Ao final, devido ao seu novo Estado financeiro e artificial, João acaba sucumbindo ao sistema, convivendo com seu torturador de forma pacífica. E presenciamos o silenciamento da voz e apagamento da memória de João.

A análise interpretativa a que nos dedicamos evidenciou dois aspectos: o silenciamento das vozes e a tentativa de apagamento das memórias de um passado histórico de tortura e repressão por um lado, por meio de uma política de esquecimento, e, por outro, a continuação da Ditadura, agora da classe dominante em detrimento da população pobre e marginalizada.



## **1 A DITADURA MILITAR NO BRASIL: MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS E POLÍTICA DE ESQUECIMENTO.**

A Ditadura Militar no Brasil teve início em 1964 com término em 1985, durando aproximadamente 21 anos. Foi um regime autoritário comandado por basicamente militares que depuseram o então presidente João Goulart. Com o estabelecimento do regime ditatorial, estabeleceu-se também a censura à imprensa, restrição aos direitos políticos e perseguição aos opositores do regime por meio dos agentes policiais.

Em 9 de abril de 1964, em manifesto à nação sob a forma de norma jurídica, mais tarde conhecido como Ato Institucional no 1, é confirmada a vitória do movimento militar que derrubara o governo constitucional de João Goulart. Publicado no Diário Oficial de 9 de abril de 1964, o ato vinha assinado pelos comandantes em chefe das três armas: general do Exército Artur da Costa e Silva, tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald (CNV, 2014, p. 94).

No período, várias pessoas lideraram o país, ocupando a função de presidente, até chegar ao movimento por eleições diretas para presidente, conhecido como “Diretas já”, que possibilitou a eleição do presidente Tancredo Neves. Todos assumiram a mesma postura de violação dos direitos e perseguições políticas.

Desde as primeiras horas, uma perseguição violenta atingiu sobretudo indivíduos e organizações mais identificados como esquerdistas, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). “Sete em cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos tiveram suas diretorias depostas.”<sup>13</sup> Milhares de pessoas foram presas. Segundo a embaixada norte-americana, nos dias seguintes ao golpe, prenderam-se em torno de 5 mil pessoas,<sup>14</sup> e a ocorrência de brutalidades e torturas foi comum, especialmente no Nordeste (CNV, 2014, p. 98).

Ainda nesse período vários atos institucionais foram decretados, dentre eles o Ato Institucional nº 5, na gestão do general Costa e Silva, que objetivava conter as manifestações contrárias ao Regime Militar em vigor. O AI5 como ficou conhecido, tinha como objetivo suspender as atividades do congresso e autorizar perseguições aos opositores do governo militar, legitimando as prisões, torturas, mortes e desaparecimento de pessoas ligadas a movimentos políticos contra a Ditadura.

O AI-5 aprofundava a autorização para as cassações políticas, estabelecendo que o presidente da República, sem as limitações previstas na Constituição, poderia suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. O mencionado ato também suspendia as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo. Ficava suspensa

(artigo 10) a garantia do habeas corpus, instrumento usado por prisioneiros e perseguidos políticos do regime para garantir sua vida e liberdade (CNV, 2014, p. 100-101).

Nesse contexto, as pessoas foram submetidas à tortura em todos os níveis, meio de repressão e obtenção de informações, visto que

A tortura tem como finalidade a busca de informações, a intenção de obter uma confissão ou outras declarações, a imposição de um castigo, a intimidação da vítima ou da sociedade. É tendo em vista um ou mais desses objetivos que o agente submete sua vítima a tortura. O agente administra a violência porque seus objetivos só poderão ser alcançados contra a vontade da pessoa torturada, o que faz com que a vítima seja levada a um Estado de completa aniquilação e impotência, de absoluta submissão, na qual não tenha saída senão abandonar a própria vontade. A ambição do torturador é quebrar o amor-próprio da pessoa torturada. É atingindo esse fim que a tortura se torna eficaz. Conforme assinala a doutrina nesta matéria, a tortura pressupõe a desconsideração do outro enquanto ser humano, daí a extrema gravidade desse crime (CNV, 2014, p. 329).

Com o fim do Regime Militar, restou nos um passado traumático e violento, causados pela atuação do próprio Estado. Um passado com perdas nunca reparadas. Famílias que nunca descobriram o paradeiro de seus entes queridos, e uma dor imensurável. O que lhes restou? a luta pela reparação desses danos e a manutenção da memória coletiva. Pois somente por meio da manutenção da memória coletiva poderemos pensar criticamente tais acontecimentos, que jamais serão apagados da história, mesmo diante de uma constante política de esquecimento. Como esquecer os momentos de tortura e a condição sub-humana a que foram submetidos os seus?

Uma das formas de manutenção dessa memória coletiva tem sido a criação de monumentos e memoriais em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos, alcançados à duras lutas. Contudo, podemos citar a Lei da Anistia e posteriormente a Comissão Nacional da Verdade, como tentativas de reparações históricas, mesmo que,

Como resultado, a Lei da Anistia, pelo menos inicialmente, também encorajou o silêncio por parte de grande parte do público brasileiro sobre os crimes contra os Direitos Humanos cometidos durante Regime Militar. Ao outorgar um perdão (ainda que teoricamente parcial) a ambos os lados do conflito, a Lei no 6.683 pressupõe uma espécie de amnésia coletiva das transgressões cometidas pelas forças do Estado. Além disso, ao incrementar o esquecimento oficial (anistia para vítimas e algozes da Ditadura), a Lei no 6.683 também estabeleceu uma escala de valores no discurso da memória. As memórias da resistência foram relegadas ao fundo do porão da história, enquanto a história oficial da Ditadura continuou sendo validada pela anistia. A lei compelia as vítimas a abdicar de seu direito à memória em nome da conciliação nacional (LEHNEN, 2014, p. 77).

A intencionalidade implícita ou mesmo explícita era mais uma vez o apagamento da memória dos torturados, os compelindo a uma conciliação nacional, mais uma vez se diz: vamos deixar o passado no passado, apagando essas memórias em favor de uma tal conciliação nacional.

Aquilo de que não se fala nem se deveria falar é, justamente, o nefas, ou seja, os gestos nefandos que, no Brasil, a Lei da Anistia – emanada em 1979 pelo Regime Militar ainda vigente – procurou apagar, deixando que a história fosse escrita pelos carrascos ou pelas vítimas, pela voz impudica dos torturadores e pela vergonha dos sobreviventes (FINAZZI-AGRÒ, 2014, p. 179-180).

Novamente, um aparato do Estado que visa privilegiar o Estado em detrimento das pessoas que sofreram violação de seus Direitos Humanos, políticos e sociais. Com a Comissão Nacional da Verdade também não foi diferente. Apesar de cumprir um pouco melhor o papel de conciliadora, não tinha poderes para julgar ou punir os agressores.

Vemos que, apesar de medidas como a criação de uma Comissão Nacional da Verdade em 2011, o princípio da “reconciliação nacional” que permeia a Lei da Anistia continua tendo pertinência hoje em dia. Durante o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade, a presidente Dilma Rousseff, uma ex-militante da oposição durante a Ditadura, assim como vários outros membros do governo responsáveis pela criação da comissão, repetiram enfaticamente que esta não teria poderes para julgar pessoas envolvidas com crimes de Direitos Humanos durante a Ditadura (LEHNEN, 2014, p. 77).

Essa Comissão teve como encargo apenas investigar crimes contra os Direitos Humanos que ocorreram entre 1946 e 1988, sem incumbência legal. “As pessoas que forem identificadas como perpetradores de tais crimes não serão julgadas em tribunais de justiça” (LEHNEN, 2014, p. 90).

Mais uma vez, a meu ver, indica a fragilidade das ações de reparação aos danos causados pela ação de um Estado antidemocrático aos direitos do povo. As quais privilegiam uma certa parcela da sociedade, ou seja, a classe opressora contra os pobres, por consequência, marginalizados.

## **1.1 Monumentos em homenagem a mortos e desaparecidos políticos no Regime Militar no Brasil (1964-1985).**

Numa tentativa de amenizar as dores e sofrimentos das pessoas torturadas e famílias de mortos e desaparecidos políticos, criaram-se vários monumentos em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos na Ditadura no Brasil, construídos por reivindicação das famílias que há anos lutam pela reparação desse passado e manutenção da memória coletiva.

Leila Lehnen (2014, p. 71), em visita a monumentos e memoriais em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos apresenta, em seu texto, dados que nos possibilitam perceber a importância histórica dos locais que muitos parecem desconhecer.

Durante a Ditadura, várias pessoas, consideradas “dissidentes” pelo regime foram interrogadas e por vezes torturadas nas dependências do DOPS. Mas, quando perguntamos aos funcionários na recepção sobre qualquer informação que pudessem ter a respeito do passado do edifício em que nos encontrávamos, eles pareciam não saber dessa parte infame da história do prédio. E eles também não sabiam nada a respeito de uma placa comemorativa reconhecendo o passado violento do lugar (LEHNEN, 2014, p. 71).

Esse esquecimento que aponta Lehnen (2014), também aparece no conto “A mancha”. Quando Rogério pergunta a uma vizinha do prédio que reconhece como local em que foi torturado, sobre os habitantes daquele prédio nos anos setenta, e se surpreende com a resposta de que ninguém se lembra do que aconteceu nos anos 70. Esse dado nos aponta para ações de uma política de apagamento da memória coletiva de um passado traumático.

E é nesse sentido que tornar visível tais monumentos e memórias, os quais ocupam papéis importante no processo de manutenção da memória coletiva, é fundamental para a reflexão crítica sobre o passado. A seguir, apresentamos alguns desses monumentos.



**Figura 1** – Monumento em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos, Parque Ibirapuera<sup>1</sup>.

Esse monumento foi inaugurado em 2014, pelo então prefeito Fernando Haddad, no Parque Ibirapuera em São Paulo. No monumento constam os nomes de 463 mortos e desaparecidos durante a Ditadura Militar no Brasil, que perdurou do ano 1964 a 1985.

Conforme consta em texto no Portal O Tempo<sup>2</sup>

A instalação, em homenagem às vítimas do regime, é composta por cinco chapas brancas com os nomes grafados em baixo relevo e 21 placas distorcidas, com aspecto enferrujado, que representam a "irracionalidade" do período, segundo o autor da obra, o artista e arquiteto Ricardo Ohtake. As peças são transpassadas por uma lança, arma mortal em simbologia à violência sofrida pelos homenageados. O artista conta que foi convidado há cerca de um ano para concretizar a obra. "Esse tipo de coisa a gente não aceita, agradece por ter sido o escolhido", disse (O TEMPO, 2014).

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://vladimirherzog.org/mortos-e-desaparecidos-politicos-da-Ditadura-militar-recebem-homenagem-em-frente-ao-parque-ibirapuera/>

<sup>2</sup> Disponível em:< <https://www.otempo.com.br/brasil/monumento-com-nomes-de-mortos-na-Ditadura-e-inaugurado-no-ibirapuera-1.958447>>. Acesso em: 26/02/2022.

Embora a construção desse monumento, reivindicada pela família de mortos e desaparecidos políticos, representa um grande passo no reconhecimento de um passado de violento e traumático do nosso país, e de manutenção da memória coletiva, essa ação por si não repara o horror das vivências e truçulências sofridas na Ditadura, contudo evidencia o tema que precisa ser divulgado e discutido criticamente.



**Figura 2** – Monumento em homenagem aos Mortos e Desaparecidos na Luta Contra a Ditadura Militar em Goiânia, GO<sup>3</sup>.

Esse monumento presente em Goiânia no Estado de Goiás, foi inaugurado no dia 27 de agosto de 2004 para homenagear goianos mortos e desaparecidos políticos dos anos de 1968 e 1969. A escultura é em formato de esfera. “Cada gomo da esfera representa uma vítima do Regime Militar e os cortes na mesma são para escorrer água, representando as

---

<sup>3</sup>Disponível em: Monumento aos Mortos e desaparecidos na luta contra a Ditadura Militar – Foto de Monumento aos Mortos e Desaparecidos na Luta Contra a Ditadura Militar, Goiânia - Tripadvisor.



lágrimas derramadas pelos familiares” (O HOJE, 2016)<sup>4</sup>. Chama a atenção por ser pouco visitado, pois as pessoas que transitam por lá são motoristas ou vão em direção ao Parque dos buritis e o avistam, sem muita curiosidade de se aproximar para saber o motivo de sua edificação.

Essa realidade é um dado importante, por indicar a pouca relevância que as pessoas dão aos monumentos que insistem em manter a memória coletiva dos horrores sofridos no Regime Militar. De certa forma, essa invisibilidade de tais monumentos denotam a política de esquecimento instaurada no país, a qual impede o pensar criticamente a nossa realidade política e social. Se mantendo assim o poder da classe dominante sobre a classe pobre marginalizada.



**Figura 3** - Parte dianteira do Memorial aos Mortos e Desaparecidos, Porto Alegre, 2013<sup>5</sup>.

---

4 Disponível em: < <https://ohoje.com/noticia/politica/n/112632/t/prefeitura-de-goiania-revitaliza-memorial/>> Acesso em: 26/02/2022.

5 Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Parte-dianteira-do-Memorial-aos-Mortos-e-Desaparecidos-Porto-Alegre-2013\\_fig1\\_275694592](https://www.researchgate.net/figure/Parte-dianteira-do-Memorial-aos-Mortos-e-Desaparecidos-Porto-Alegre-2013_fig1_275694592)

Esse monumento, edificado em Porto Alegre, também em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos, pela imagem pinçada já evidencia como este foi recebido e sua importância para a população que ali habita. Evidencia uma tentativa de apagamento da memória coletiva de um passado recente ou mesmo a negação desse passado.



**Figura 4** - Parte traseira do monumento contendo os nomes homenageados, 2013<sup>6</sup>.

Os locais apresentados são exemplos de espaços que carregam memórias traumáticas, representando de forma material a violência do Estado contra a população brasileira. Servem como “guardiões” da memória coletiva desse passado violento, vivido em aproximadamente vinte e um anos no Brasil. Embora a política de esquecimento tenha investido incessantemente em ações de invisibilidade desses monumentos e do que eles representam.

<sup>6</sup> Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Parte-de-atras-do-Memorial-aos-Mortos-e-Desaparecidos-Porto-Alegre-nomes-dos\\_fig2\\_275694592](https://www.researchgate.net/figure/Parte-de-atras-do-Memorial-aos-Mortos-e-Desaparecidos-Porto-Alegre-nomes-dos_fig2_275694592).



Embora, Eurídice Figueiredo (2017, p. 26) observa que

No Brasil o único lugar de memória dedicado à Ditadura é o Memorial da Resistência de São Paulo, que ocupa parte da Estação Pinacoteca (...). Embora o local se caracterize por ser uma prisão por onde passaram presos políticos, que ali foram torturados, o museu enfoca mais a resistência à Ditadura do que a dor e a vitimização. Como em outros “lugares de memória”, sua visita interessa a toda a coletividade no presente e no porvir.

Aí reside a necessidade de manutenção da memória coletiva dos traumas vivenciados no período de Ditadura Militar no Brasil. A conservação de lugares que carregam marcas de violências e traumas vividos, assim como o prédio que Rogerio, protagonista do conto “A mancha” de Luis Fernando Verissimo, encontra em uma de suas buscas a casas abandonadas. O seu dilema reside justamente em tornar o local um lugar de memória histórica que interessa aos visitantes do presente e do futuro, ou, simplesmente demolir o prédio e junto com ele tentar enterrar esse passado doloroso.

Algo semelhante encontramos no conto “Condomínio”, o que demonstra a insistência de Verissimo no tema e a importância que dá para as vivências pós Ditadura, sobretudo dos sobreviventes que ao se deparar com a nova realidade vive o dilema da rememoração e a necessidade de esquecimento de tais memórias, submetidos a uma política de esquecimento constante.

## **1.2. Luis Fernando Verissimo**

Luis Fernando Verissimo, é um dos autores brasileiros mais publicados “(...) famoso por suas crônicas e contos de humor, é também jornalista, tradutor, roteirista de programas para televisão e músico” (FRAZÃO, 2021). Suas vivências como escritor deve ter certa influência da convivência com seu pai, já que é filho do também escritor Érico Verissimo.

Luis Fernando Verissimo possui ampla produção literária que envolve basicamente contos, poemas, crônicas e romances. Estes últimos, até aqui, têm recebido pouca atenção por parte da crítica. Caso singular é o romance *Borges e os Orangotangos Eternos* (2000), analisado por dois estudos de pós-graduação: uma dissertação de mestrado intitulada *Diz-me com quem andas... Intertexto e intertextualidade: uma leitura do romance Borges e os orangotangos eternos de Luis Fernando Verissimo* (2009), de autoria de José Soares de Magalhães Filho, e outra intitulada *A escrita órfã de Luis Fernando Verissimo em Borges e os Orangotangos Eternos* (2012), de Keyla Freires da Silva. Um artigo intitulado “Quando o relato é o principal suspeito...: uma leitura de Borges e os Orangotangos Eternos, de Luis Fernando

Verissimo”, de Isis Milreu, também compõe a limitada fortuna crítica sobre romances do autor. De modo geral, os três estudos exploram questões referentes à relação intertextual e o caráter metaficcional do romance (COSTA, 2020, p. 51).

A vasta produção de Verissimo indica a sua importância como escritor brasileiro na contemporaneidade, seu nome está entre os autores brasileiros mais lidos dessa época. Entre as obras de Luis Fernando Verissimo podemos citar de forma cronológica as seguintes: *Popular* (1973); *A Grande Mulher Nua* (1975); *Amor Brasileiro* (1977); *O Rei do Rock* (1978); *Ed Mort e Outras Histórias* (1979); *Sexo na Cabeça* (1980), *O Analista do Bagé* (1981); *A Mesa Voadora* (1982); *Outras do Analista de Bagé* (1982); *O Gigolô da Palavras* (1982); *A Velhinha de Taubaté* (1983); *A Mulher do Silva* (1984); *A Mãe de Freud* (1985); *O Marido do Doutor Pompeu* (1987); *Zoeira* (1987); *O Jardim do Diabo* (1987); *Noites do Bogart* (1988); *Orgias* (1989); *Pai Não Entende Nada* (1990); *Peças Íntimas* (1990); *O Santinho* (1991); *Humor Nos Tempos de Collor* (1992); *O Suicida e o Computador* (1992); *Comédias da Vida Privada* (1994); *Comédias da Vida Pública* (1995); *Novas Comédias da Vida Privada* (1997); *A Versão dos Afogados* (1997); *Gula - O Clube dos Anjos* (1998); *Aquele Estranho Dia Que Nunca Chega* (1999); *Histórias Brasileiras de Verão* (1999); *As Noivas do Grajaú* (1999); *Todas as Comédias* (1999); *Festa de Criança* (2000); *Comédias Para Se Ler Na Escola* (2000); *As Mentiras que os Homens Contam* (2000); *Todas as Histórias do Analista de Bagé* (2002); *Banquete Com os Deuses* (2002); *O Opositor* (2004); *A mancha* (2004); *A Décima Segunda Noite* (2006); *Mais Comédias Para Se Ler Na Escola* (2008); *Os Espiões* (2009); *Informe do Planeta Az* (2018) (FRAZÃO, 2021).

Verissimo se destaca por ser um dos escritores cuja especialidade é a arte retratar a alma do brasileiro de forma bem-humorada, utilizando recursos como o riso e a percepção fina da intimidade das pessoas, descrevendo “(...) em seus textos os comportamentos rotineiros do homem, criticando suas ações (...)” (DA SILVA, 2006, p. 94).

Já os contos que analisamos neste trabalho trazem levemente essa característica de escrita, pois tematizam memórias traumáticas e o horror dos acontecimentos na Ditadura Militar no Brasil. Uma escrita muito mais de denúncia percorrendo o íntimo do ser das personagens, que bem-humorada.

Embora Luis Fernando Verissimo não tenha vivido a experiência de ser perseguido, preso e torturado no período de Ditadura Militar no Brasil, há indícios de que seu pai, Erico Verissimo, tenha sofrido sanções políticas no referido período.

Talvez seja desse ponto de vista que Verissimo narra textos tão importantes para se pensar o tema, e sobretudo enfatizar a importância da preservação da memória coletiva possibilitando a tomada de posição crítica sobre esse passado tão atual.

### **1.3. A escrita literária e dificuldades em tematizar o horror na Ditadura e pós Ditadura**

Um passado que se pretende esquecer, feridas que continuam abertas, e ações de silenciamento e apagamento das memórias dos horrores e traumas vividos. Um tema que se evita discutir pela dor da rememoração, paralela à necessidade de insurgência contra a política de esquecimento de tal passado histórico.

Como retratar essa violência sofrida e tornar visível o tema que embasa a luta de movimentos de várias famílias numa tentativa de amenizar a dor das feridas abertas pela ação do Estado? Essa tem sido uma tarefa dolorosa.

Hoje, cinquenta anos depois, tudo parece ter voltado no álveo da História – todo o passado aparenta, então, se ter resumido numa listagem crua de fatos, num arquivo anônimo de nomes, silenciando, assim, centenas de histórias, apagando a memória viva das vítimas, limpando o sangue derramado, ocultando os corpos massacrados. Hoje, com efeito, parece que a violência e a repressão não estão mais na ordem do dia dos Estados ou ficam à margem na agenda dos governos, deixando espaço apenas para uma reconstrução “imparcial” do acontecido, para uma análise fria das causas e das consequências da Ditadura. Hoje, de fato, aquilo que resta daquele ato brutal de supressão da democracia que foi realizado pelo golpe militar de 1964 é a contagem dos mortos e dos desaparecidos, sem levar em conta, senão de modo marginal, a dor procurada, o sofrimento daqueles que, inermes ou em armas, se opuseram a um Estado que fazia da exceção a sua regra (FINAZZI-AGRÒ, 2014, p. 179).

Na Ditadura, ante o horror ditatorial, a censura e perseguições políticas, autores e artistas desempenharam importantes papéis contra esse regime. Levando o tema das mais diversas formas. E nos pós Ditadura? como descrever o horror vivido nesse período? É o dilema com o qual conviveram os autores pós Ditadura e ainda convivem.

Falar em perseguições políticas, ou se posicionar contra as ações desse governo ditatorial pode ser desconfortante, ainda em nossos dias. Dias não menos sombrios que os vividos no Regime Militar que se iniciou em 1964. O caso Marielle Franco é um exemplo de que ainda vivemos uma Ditadura, embora, para efeitos oficiais, o governo militar tenha se encerrado em 1985.

Hoje, a violência ou é, por assim dizer, naturalizada, ou é pensada como um fenômeno dependendo do Fado, ou seja, do arbítrio de deuses transitórios e vingativos ou do capricho imperscrutável do Acaso, quase como se ela não fosse o produto da ação devastadora dos homens e dos governos, da *hybris* que sempre se associa à vontade de poder e de domínio, à cobiça de quem esmaga e destrói para obter um lucro (simbólico ou material, pouco importa) (FINAZZI-AGRÒ, 2014, p. 179).

As perseguições e mortes de povos indígenas em seus territórios. As invasões nas favelas e mortes de pessoas pobres e, grande parte negras, perseguições políticas a pessoas e movimentos sociais, são ações ditatoriais cometidas na maioria das vezes pelo Estado, por meio de agentes militares. Qualquer pessoa ou movimento que se apresenta contra os interesses da classe dominante, são alvos de perseguições, torturas e morte.

Nesse cenário, como abordar esses acontecimentos na escrita e crítica literária? se vivemos em um país que se diz democrático, que banuiu a censura, a tortura e a perseguição política em sua aparência, mas que na prática continua seus velhos hábitos.

De resto, a violência como manifestação extrema e esmagadora do Outro nunca encontrou uma forma tão contundente de denunciar a opressão e o massacre dos inermes como aquela do discurso literário: pense-se apenas nos testemunhos da Shoah e em não só como ela não representou o abismo e o fim da poesia, segundo a conhecida hipótese de Adorno, mas, pelo contrário, como apenas a literatura conseguiu dizer aquela verdade que, no âmbito histórico, balançava (e que, de forma macabra, continua balançando) entre a afirmação e a negação, entra a denúncia documentada e a ultrajosa incapacidade de admitir o horror extremo dos “campos” (FINAZZI-AGRÒ, 2014, p. 180).

A escrita literária tem o poder alcançar as subjetividades ocultas pela história e levar a sensibilidade de compreensão dos fatos por meio de sua ação humanizadora. Acreditamos que a escrita contemporânea que pensa a situação econômica, política e social brasileira deve levar em conta que vivemos a continuação da Ditadura, e que só por fazer essa afirmação podemos ser alvo de perseguições. Considerar as entrelinhas das histórias e possibilitar o eco das múltiplas vozes.

Só o dispositivo literário e a sua potência (eu não usaria, aqui, a palavra “poder”) conseguem, então, falar, tanto em prosa quanto em verso, do interdito, conseguem nos fazer intuir pela comoção e, eu acrescentaria, pela compaixão o inexplicável da violência, sem regra e sem medida, do homem sobre e contra o homem, se opondo assim ao dispositivo político-repressivo (FINAZZI-AGRÒ, 2014, p. 183).

Existem muitas obras que tematizam as mazelas e o horror vividos na Ditadura e escritos pós Ditadura que exerceram e ainda exercem papéis fundamentais para se pensar esse período, dentre eles destacamos: *Em câmera lenta*, de Renato Tapajós, *O que é isso companheiro?* de Fernando Gabeira, *Bar Don Juan e Reflexos do baile*, de Antonio Callado, “A mancha” de Luis Fernando Verissimo e outros (FINAZZI-AGRÒ, 2014).

Essas obras apontam para a importância da literatura enquanto fonte escrita que tematiza determinadas realidades vividas que nem mesmo a história ou os historiadores conseguem traduzir, visto que

(...) o valor estético das obras produzidas no e sobre o período da Ditadura Militar não depende tanto do grau de fiabilidade delas quanto da capacidade do autor de fazer passar, através da sua escrita e das imagens por ele produzidas, uma verdade material – “física”, eu diria – da qual nenhuma História poderia dar conta senão traindo ao seu estatuto epistemológico. De fato, aquilo que as muitas histórias sobre a repressão e a tortura conseguem nos legar é, justamente, a dor e o sangue, a vergonha e a insensatez de um mundo social e político que, cinquenta anos atrás, se enviesou, perdeu o seu eixo, vivendo num perene Estado de exceção e tornando o Mal e a Violência as únicas regras de uma conduta sem regras, visando apenas ao aniquilamento das diferenças e impondo o domínio biológico sobre a vida dos “outros” – dos inconformados, de sujeitos que perderam o seu estatuto humano se tornando apenas “eles” (FINAZZI-AGRÒ, 2014, p. 183).

Pensar a Ditadura no Brasil é pensar as ações do passado e os traumas vividos no período, de forma escancarada e legitimada pelo governo militar, mas é também pensar as ações ditatoriais que presenciamos hoje. Os horrores vividos e os traumas que carregam as pessoas marginalizadas, vítimas de todo tipo de violência causadas pela falta do Estado ou por sua presença violenta.

## 2 REPRESENTAÇÃO DA DITADURA NOS CONTOS “A MANCHA” E “CONDOMÍNIO”.

Os contos “A mancha” e “Condomínio”, de Luis Fernando Verissimo, tematizam os traumas sofridos pelas personagens na Ditadura Militar. Evidenciando a dificuldade em reviver as memórias e a tentativa de esquecimento ou silenciamento dessas memórias traumáticas.

O silêncio dos que passaram e sobreviveram à repressão, calados pela incapacidade de enunciar o indizível do horror e pela escassez de um espaço comum onde seria possível acolher esse relato, a narrativa dessa memória; e o silêncio de uma parcela da sociedade brasileira que não dá ouvidos e nega o diálogo sobre o assunto como tentativa de negar uma responsabilidade coletiva. Vale dizer que esses são traços da realidade político-social brasileira ficcionalizados no conto (ANDRADE, 2014. p. 156).

Ambos discutem “(...) a dupla e paradoxal necessidade de quem viveu na carne a violência do regime autoritário: lembrar os acontecimentos extremos que marcaram aquele período e abandoná-los no passado para não inviabilizar a vida presente” (NEVES, 2011, p. 3). Presenciamos uma imposição do silenciamento aos sobreviventes de tortura em níveis domésticos e coletivos.

O conto “Condomínio” ao articular escrita imaginativa e teor testemunhal, propicia o diálogo entre História e Literatura (NEVES, 2011), evidenciando o trauma individual e a tentativa de apagamento da memória coletiva, de abandono e silenciamento de um passado violento e por consequência, traumático. Podemos afirmar ainda que o conto exemplifica a crise decorrente das desigualdades socioeconômicas, por um lado, e por outro evidencia a tensão resultante da coexistência forçada de vítimas e algozes, um modo de transição do passado conturbado para o presente de falsa paz (democrático) onde as memórias conflitivas se coincidem, e como resultado há o silenciamento da memória de João que se submete a ordem vigente (LEHNEN, 2014), pois apesar de seu passado de luta, o seu presente é como membro da classe de seus torturadores e o passado já não mais importa.

Os contos se tocam em vários momentos, mas o elo que os une é a tentativa de esquecimento da memória traumática de um passado violento e o consequente medo de reviver esse passado. As personagens, João e Rogério, além do medo de relembrar, sentem culpa por ter delatado os companheiros de luta, situação que desencadeia a necessidade de deixar o passado no passado. Para ambos, esquecer é preciso. A nova vida a que estão

submetidos não permite lembranças de um passado dolorido e “tortuoso”, pois agora fazem parte da classe dominante e opressora.

## **2.1. O conto “A mancha”**

O conto possui enredo do tipo psicológico por tratar das memórias da violência sofrida pela personagem Rogério no período de Ditadura Militar no Brasil. Memórias estas que ao mesmo tempo em que são lembradas, há, por parte da personagem a necessidade de esquecimento para não atrapalhar a vida que se construiu no presente.

Retrata as memórias de Rogério em momentos de prisão e tortura, contrapondo a sua vida presente, homem casado e pai de uma filha, obrigado a conviver com a família reacionária de sua esposa, que ao final descobre terem feito parte de seus momentos de tortura.

O tempo inteiro, no decorrer da narrativa, Rogério sente a necessidade de resgatar as memórias do passado, ou esquecê-lo completamente. Esse conflito inerente a personagem reporta ao período pós ditadura de seguir o caminho e deixar o passado no passado, contudo as feridas não cicatrizam, apenas silenciam as vítimas, ou relembrar, rememorar para pensar criticamente a situação presenciada, ou seja, lidar com o passado para expulsar os fantasmas da violência sofrida.

Todas as memórias no processo narrativo são narradas em terceira pessoa, porém a atenção se volta para os conflitos vividos pelo personagem de modo que são suas memórias e voz chegam até o leitor, dando a impressão de que a personagem é também o narrador de sua própria história.

Conforme Andrade (2014, p. 151)

A narrativa é conduzida por um narrador heterodiegético, afastamento que possibilita certa imparcialidade e objetividade, mas em alguns momentos o foco narrativo é deslocado para contemplar observações, percepções e reflexões do personagem principal em primeira pessoa. Os dilemas enfrentados pelo protagonista são acentuados pela alternância dos discursos direto e indireto livre, construindo aos poucos um tecido propício para que as memórias fragmentadas ganhem espaço na narrativa.

Utilizar a alternância entre os discursos direto e indireto livre é uma estratégia utilizada pelo autor Luis Fernando Verissimo para que o presente da personagem e o seu passado, por meio das memórias fragmentadas, alcancem o leitor. É por meio do acesso à memória individual da personagem, paralela à narrativa de sua vida presente, que o conto se desenvolve.

O conflito se estabelece por meio das memórias de Rogério dos momentos de torturas sofridas no período do Regime Militar, sobretudo quando esse encontra a sala em que era torturado, que aos seus olhos permanecem exatamente igual, inclusive a mancha do carpete, manchado pelo sangue do seu nariz.

O conto inicia com Rogério em sua nova vida, casado com Alice e pai de uma filha. Um empresário bem-sucedido, que enriqueceu. Como *“ele mesmo respondia “enriquei” era como se fosse alguma coisa orgânica”* (VERISSIMO, 2003), e bastava dizer isso para que ninguém perguntasse a origem de sua riqueza, pois soava natural. *“As pessoas riam e não pediam detalhes, não perguntavam “Enriqueceu como?”. Se ele dissesse “fiquei rico” teria que explicar”* (VERISSIMO, 2003).

Rogério, o protagonista do conto é um empresário do ramo imobiliário e trabalha com compra, reforma e venda de imóveis velhos/abandonados. No período de Ditadura Militar no Brasil, foi militante preso e torturado por reacionários.

Os conflitos internos do protagonista aumentam quando *“vê uma mancha que lhe impõe uma tarefa paradoxal: lembrar e ao mesmo tempo livrar-se da memória dos anos da Ditadura”* (VERISSIMO, 2003).

Ao final do conto, Rogério descobre não estar tão distante de seus torturadores, pois o pai de Alice, sua esposa, fazia parte de um grupo de financiadores da tortura no período e muito provavelmente o líder do grupo, amigo do pai, ia pessoalmente aos locais de tortura.

A complicação é evidenciada quando Rogério, ao se interessar por um prédio velho, entra em um dos cômodos (a sala) e vê uma mancha no carpete. A partir desse momento se acirram seus conflitos interiores, e ele se vê diante de uma necessidade de abandonar o passado para não complicar sua vida no presente e manter o sentido do que foi a militância no Regime Militar guardado apenas em sua memória individual, juntamente com as dores e



violências sofridas, ou manter o espaço de tortura intacto, para que as pessoas tenham conhecimento do que se passou naquele período, uma forma de preservar a memória coletiva, e de denúncia das violências sofridas na Ditadura.

O clímax ocorre quando Rogério é pressionado pela esposa, a voz da negação de sua consciência no presente, a destruir o prédio. Ele fica entre duas opções: destrói o passado e vive o presente sem complicações ou eterniza suas memórias não destruindo o local, tornando-as coletiva.

Ao final, Rogério decide destruir o local para construir algo novo e se muda para um condomínio rico, junto da família de sua esposa, que descobre ser seus torturadores ou financiadores da tortura no Regime Militar.

A memória individual prevalece sobre a coletiva. Rogério chama essa transferência de “paz artificial”, pois somente através dessa manipulação podem os inimigos de antanho conviver e até mesmo estabelecer laços de família – como, por exemplo, no caso de Rogério e de seu cunhado (LEHNEN, 2014, p. 87).

A personagem acredita que “*Os que não ouviam os gritos e os que não queriam ouvir. Agora não interessava mais. Estava tudo sepultado*” (VERISSIMO, 2003). E as pessoas não compartilhariam de seu passado de torturado, inclusive sua filha. A ela, restava apenas compartilhar do seu presente artificial e de falsa paz.

(...). Considerando, de fato, o sofrimento infligido enquanto produto de uma causa imponderável e anônima, teremos como resultado a justificação e a irresponsabilidade daqueles que provocam o sofrimento e a impossibilidade para as vítimas de denunciar o acontecido. O verdadeiro culpado seria, nessa perspectiva, sempre uma instância outra e superior que se subtrai ao julgamento, justamente pelo fato de agir “em força de lei” e de obedecer a um poder sem vulto e sem nome – e onde não se pode nomear o carrasco, quando não se consegue dar uma identidade ao responsável não há nem mesmo a possibilidade de atribuir e punir a culpa (FINAZZI-AGRÒ, 2014, p. 184).

Sucumbindo a essa impossibilidade de nomear seu carrasco e puni-lo, pois, este se esquivava de sua responsabilidade e prega uma política de esquecimento constante, a personagem Rogério se deixa aderir a sua nova vida de falsa paz a que foi empurrado. Seu silenciamento não o permite nem mesmo falar sobre sua vida e convicções “passadas” com sua filha.

Quanto a classificação das personagens podemos observar o Protagonista Rogério que possui um papel fundamental para o entendimento da obra visto que a história gira em torno

de suas memórias de um passado de tortura e seus conflitos internos oriundos desse passado de torturado no período militar no Brasil.

A personagem antagonista da qual Alice, sua esposa, faz parte, figurando como a voz contrária à consciência de Rogério, ou a voz da negação de seu passado. Já como personagens secundários destacamos a filha Amanda, o cunhado Léo, Rubinho um colega de tortura, Miro o homem que vende o prédio, os pais de Alice e demais moradores do condomínio e Dona Dalvinha a mãe de Rogério.

Quanto aos personagens planos destacamos Dona Dalvinha a mãe de Rogério, que participa da história, mas não tem muita ação na história. E Amanda, a filha, que também participa em toda a narrativa, mas sem muita ação expressiva.

Já como personagens redondas destaca-se Rogério, uma personagem redonda pois apresenta densidade psicológica, e tem suas crises aumentadas em função de ver a mancha em uma sala de um prédio abandonado que pretende comprar. E, Alice, sua esposa, a voz da negação de sua consciência.

O tempo pode ser considerado psicológico não linear, pois somos apresentados ao presente e ao passado ao mesmo tempo de modo que as vezes praticamente não se consegue determinar onde começa e termina a história das personagens e em qual espaço de tempo elas estão.

Os espaços são apresentados pelo narrador através das memórias de Rogério, reportando ao período do Regime Militar. E no presente, a sala onde Rogério sofreu tortura e o condomínio onde moram seus torturadores e onde Rogério morará, configuram-se espaços em que a narrativa se passa.

O foco narrativo está nas memórias de Rogério, em seus momentos de tortura no período de Regime Militar, que apesar de passados anos dos acontecimentos, ainda continuam vivas, pois foram marcadas na sua pele e em sua alma. De forma que o ponto de vista da narração é o ponto de vista da própria personagem pois é por meio de suas memórias e conflitos vividos que a história chega ao leitor.

### 2.1.1 Análise interpretativa da narrativa

O conto “A Mancha” de Luis Fernando Verissimo (2003) apresenta a personagem Rogério, um militante contra o Regime Militar entre os anos 64 e 80, que passados alguns anos e agora em sua nova condição de empresário bem-sucedido e pessoa rica, é levado às reminiscências do passado de tortura ao ver uma mancha no carpete da sala de um prédio que pretende comprar.

Ao se deparar com a sala e revisitar com maior frequência as memórias do passado, Rogério começa investigar os antigos donos para descobrir a identidade de seus torturadores. Contudo, os acontecimentos lhes tiram o sono e sua esposa Alice lhe pede para esquecer o passado, deixando o “*no passado que é o lugar dele*” (VERISSIMO, 2003).

Nesse interim, as marcas temporais são praticamente eliminadas, não é possível perceber o tempo cronológico bem delimitado, intercalam diversas vozes narrativas. Como pontua Theodor Adorno (2003), os narradores contemporâneos não dominam o que narram e apresentam dificuldades em lidar com a memória.

Rogério descobre, em suas investigações, que há pouco ou nenhum indício entre a vizinhança de que sabiam dos episódios de tortura que ocorriam naquele local. “*Anos 70, meu filho. Quem é que se lembra dos anos 70? Eu não lembro mais nada*” (VERISSIMO, 2003). Ou seja, há uma tentativa de apagamento da memória coletiva em relação aos episódios de violências ocorridas nesse período. “Ao tentar escavar no passado e entender o seu legado no presente, Rogério se depara com uma espécie de amnésia coletiva (...)” (LEHNEN, 2014, p. 87).

Essa tentativa de silenciamento é evidenciada em vários momentos, quando Rogério descobre que os pais de sua esposa são supostos financiadores da tortura, por exemplo, e que um amigo da família pode ser o possível líder do grupo e ter ido presencialmente nos locais de tortura.

Para além das dificuldades encontradas em verbalizar angústias e memórias desenterrando recordações dos que vivenciaram um período do qual não podem ou não querem se lembrar, Rogério é coagido pelas personagens que o cercam. É incentivado a esquecer o passado e interromper seus esforços para identificar os envolvidos na tortura que sofreu. Sob o pretexto de que o passado já ficou para trás, como se o tempo fosse capaz de curar as feridas de um trauma individual – e aqui coletivo (...) (ANDRADE, 2014, p. 154).

Confrontado por suas memórias e a voz de Alice pedindo para esquecê-las, pois se não o fizer pode causar conturbações em seu presente rico e pacífico, Rogério não consegue falar de suas memórias com a filha e com seus possíveis torturadores, e no silenciamento de sua voz, torna-as individuais. Embora Rogério lute internamente para decidir manter o edifício como uma espécie de memorial em homenagem às vítimas da Ditadura ou destruí-lo.

Como é característico do romance moderno não ter uma perspectiva de representação harmônica com finais bem-sucedidos, ao contrário, são representações da precariedade da existência. Rogério decide manter seu presente em “harmonia” e destruir o prédio com a sala que representa seu passado, bem como o passado de muitos militantes torturados na luta contra a Ditadura Militar no Brasil. Representando uma tentativa de silenciamento das vozes, dos corpos e das almas que tiveram seus direitos violados pelo desgoverno que se instaurou no período.

Contudo, a destruição do prédio representa uma tentativa de destruição da memória coletiva dos acontecimentos do período de Ditadura Militar. Pois ao decidir destruí-lo Rogério busca esquecer as memórias de seu passado sepultando-as, pois agora “*estava tudo sepultado*” (VERISSIMO, 2003), mas elas continuaram a afligir a personagem, mas agora, de forma individual.

Essa individualidade da memória é representada na fala da Rogério com a filha Amanda, ao afirmar que não era esse o país que imaginava quando tinha suas convicções de luta por mudanças no funcionamento da sociedade brasileira.

Amêndoa, Amanda, Amandíssima, não era isso que eu imaginava para você, naquele tempo. Não era este país, não era esta falsa paz. Eu nem conhecia sua mãe e já pensava em você, e no mundo que eu a queria dar, naquele tempo. Você não existia e já era minha causa. A minha primeira causa. Não consegui. Quebrei a cara. Ou quebraram meu nariz. Em troca te dou este gramado, este sol, este lago, este país e este pai. Todos artificiais, mas o que se ia fazer? A nossa paz em separado. O país verdadeiro fica do lado de fora da cerca, mas os seguranças estão armados e têm ordens para atirar. E prometo que a nossa casa será a maior de todas. Enriqueci, Amêndoa. Desculpe (VERISSIMO, 2003).

Rogério, mesmo indo morar ao lado de seus torturadores e se calar. Há dentro de si a força revolucionária que lhe permite enxergar que o mundo não é lá, onde mora, cercado de muros e seguranças, mas do lado de fora, nas ruas, junto com o povo oprimido que tem constantemente seus direitos negados.

O conto representa as marcas que o Regime Militar deixou em militantes contra a Ditadura Militar no Brasil, que não conseguem lidar com as memórias das torturas sofridas no período, tendendo ao silenciamento dessas memórias.

Há um contraste das ruínas do passado com as novas construções do presente. De um lado temos um prédio abandonado que traz uma memória dolorosa do passado; por outro temos a nova realidade da personagem econômica e politicamente mais favorável para a personagem Rogério, e a sua ambição por destruir algo velho e construir algo novo. Como se fosse uma extensão de sua própria realidade: a necessidade de destruir seu passado (velho) e construir seu presente e futuro (novo).

Podemos observar que embora a destruição do local dê lugar a novos e luxuosos condomínios, lidar ou esquecer tamanha violência é impossível. Inclusive porque a todo instante, há a necessidade de insurgências contra ações opressoras que insistem em persistir atualmente. A tentativa de volta ao passado. Uma Ditadura camuflada em forma de democracia.

## **2.2. O conto “Condomínio”**

O conto “Condomínio” também é do tipo psicológico por tratar das memórias da violência sofrida pela personagem João no período de Ditadura Militar no Brasil. Memórias estas que ao mesmo tempo em que são lembradas, há, por parte da personagem a necessidade de esquecimento para não atrapalhar as relações cotidianas no presente, inclusive a relação com um dos seus torturadores.

Outro aspecto relevante é a tentativa de afirmar a não traição de seus companheiros, a resistência as torturas e não delação, um exercício de negação da própria memória.

Além disso, o conto expõe memórias traumáticas “(...) em um contexto em que a vítima e o algoz têm que coexistir e o trabalho da memória é dissuadido. O conto, portanto, prevê a conjuntura sociopolítica da transição democrática” (LEHNEN, 2014, p. 74).

Quanto a narração, todas as memórias são narradas em terceira pessoa, com atenção para os conflitos vividos pelo personagem em sua vida presente, seu encontro com o torturador e as memórias do passado.

O conflito se estabelece no encontro com o seu torturador, o Sérgio, no elevador do prédio luxuoso, o *Sunset palace*, em que João habita no presente.

O conto inicia João chegando em seu novo apartamento assustado por um encontro no elevador com um homem que afirma ser seu torturador no Regime Militar de 1968. Ao contar o ocorrido a sua esposa, descobre que seu filho é amigo do filho de seu torturador. As cenas seguintes nos levam ao segundo encontro com tal homem e os demais vizinhos do condomínio luxuoso.

A complicação é evidenciada já no início do conto quando João descobre que mora no mesmo prédio que seu torturador pai da criança que brinca com seu filho. Porém a reunião do condomínio acirra a complicação com o segundo encontro entre torturador e torturado.

O clímax se dá quando João fica a sós com o torturador e começam a falar sobre a amizade dos filhos. João cita a possibilidade de não ter filhos depois do que lhe fizeram e em pensamento se questiona: “*Por que eu não disse ‘depois do que vocês me fizeram?’ (...)*” (VERISSIMO, 1982, p.70). Contudo, embora Sérgio finja não se lembrar ou mesmo não queira se lembrar devido a atual situação de vizinhança amistosa, fica evidente para os dois qual o assunto em questão. Sérgio ficou em silêncio, como se estivesse tentando lembrar. Enquanto João continuava a falar. “*(...) estava calmo. Era estranho. Não sentia nada*” (VERISSIMO, 1982, p. 70).

Dessa conversa, inicialmente na tentativa de não reviver as memórias, fica evidente que Sérgio sabia desde o início no encontro do elevador quem era João. João insiste na conversa e pergunta como era o apelido de Sérgio. Ele responde que não consegue se lembrar pois faz muito tempo. Porém João lembra que não esquecera de nada, apenas do apelido do seu torturador.

Alguns minutos depois Sérgio lembra que João também tinha um codinome, mas que não se lembrava qual. João responde: “*Tinha. Me esqueci como era. Essas coisas não têm mais importância*”. O torturado se nega a reviver suas memórias, mas na verdade “*João se*

*lembrava. Era verdade. Também tinha um codinome na época. Um bicho. Qual? Diabo de memória. Era importante*". “É significativo que João não se lembre nem do seu codinome nem do codinome de seu verdugo. Essa lacuna denota a dificuldade de processar o trauma em um contexto que desencoraja o trabalho da memória” (LEHNEN, 2014, p. 78).

Também Sérgio sugere esquecer o passado. Ao fazer um gesto com a mão, queria dizer que não tinha importância e que não queria discutir mais aquele assunto (VERISSIMO, 1982). “(...) As palavras de Sérgio insinuem que nem as suas ações nem as experiências de João têm relevância na atualidade. O passado não é propriamente negado, mas caduca, perdendo significância. Nesse contexto, medidas de reparação são obsoletas” (LEHNEN, 2014, p. 78).

E diante de sua situação financeira atual, era cômodo esquecer suas memórias e adequar-se à sua nova vida luxuosa, afastado do povo das malocas que no final, juntaram para assistir à partida de futebol e os banhos de piscina, mas do lado de lá do muro, de modo que João não conseguia reconhecer os rostos que ali estavam a observar.

João é o protagonista que possui um papel fundamental para o entendimento da obra visto que a história gira em torno de suas memórias de um passado de tortura e seus conflitos internos oriundos desse passado de torturado no período militar no Brasil. Sérgio o torturador e agora vizinho de João são os antagonistas.

Já como personagens secundárias temos a esposa Sandra, o filho Wladimir, Serginho, filho de Sérgio, Leonor esposa de Sérgio e os demais vizinhos Miranda, Pires etc. Quanto à caracterização como *Personagens planos* temos Serginho, Wladimir, Sandra e Miranda, pois participam da história, mas não tem muita ação na história.

Já como *Personagens redondos* temos o João, pois apresenta densidade psicológica, a medida em que aumentam os conflitos de embate do passado com o presente da personagem, sobretudo pelo encontro e convivência com seu torturador.

O tempo pode ser considerado psicológico não linear, pois somos apresentados ao presente e ao passado ao mesmo tempo de modo que há quebras para voltar a fragmentos de memória do passado de João, que propiciam o entendimento da narrativa no presente.

No presente a narrativa se passa no condomínio onde moram João, sua família, o torturador Sérgio e demais pessoas do condomínio, e no passado através das memórias de João, reportando às violências sofridas no período do Regime Militar.

O foco narrativo está no presente de João em confronto com suas memórias do passado, momentos de tortura no período de Regime Militar. De forma que o ponto de vista da narração é o ponto de vista da própria personagem pois é por meio de suas memórias e conflitos vividos que a história chega ao leitor.

### **2.2.1 Análise interpretativa da narrativa**

O conto “Condomínio” de Luis Fernando Verissimo apresenta a personagem João, um militante contra o Regime Militar de 1968, que por influência do pai sobreviveu às torturas e agora mora em um apartamento luxuoso no *sunset palace*. “(...) *As grandes janelas abertas do apartamento davam para uma encosta coberta de casebres. Mas além dos casebres se via o rio. Um pôr do sol de verão (...)*” (VERISSIMO, 1982, p. 62).

Aparentemente João, agora na posição de pessoa que faz parte de uma elite, juntamente com sua esposa e filho, se questiona sobre suas preocupações atuais, bem como as de sua esposa. “*João olhou para a mulher. Sandra banhada em sol sobre o seu carpete. O território conquistado. Sandrinha do Alaska que um dia enfrentara toda a brigada militar a bolsadas e agora sonhava com cortinas para a sala. O que era mesmo que significava?*” (VERISSIMO, 1982, p. 62).

Outras passagens que evidenciam os conflitos internos de João estão logo no início em trecho que voltam ao seu passado e demonstram como João, estimulado pelo pai conseguiu um bom emprego, mas quando volta para casa é atormentado por suas memórias, e é consolado por sua esposa.

Em suas memórias de tortura João sempre buscava afirmar que foi quebrado a ponto de perder os sentidos, mas não traiu seus companheiros, ao menos não de forma consciente. “(...) *um dos companheiros tinha desaparecido. Dois tinham se exilado. Mas ele não traía ninguém*” (VERISSIMO, 1982, p. 69).



Ao final, na conversa com seu torturador, lhe vem a memória de uma das conversas em seus momentos de tortura e fica evidente que ele não conseguiu resistir e possivelmente tenha entregado seus companheiros de luta. Mas luta para esquecer, deixar o passado no passado.

É significativo que João apresente memórias incompletas ou reprimidas, pois foi um dos propósitos da política orquestrada pelo Regime Militar: impor o silenciamento por meio do Estado sobre os abusos de Direitos Humanos invalidando as experiências e, portanto, as memórias individuais das vítimas de tal regime, o que também inviabilizou o trabalho coletivo da memória da violência cometida pelos agentes de Estado (LEHNEN, 2014).

Ao não conseguir falar ou relembrar, apresentando memórias incompletas, a personagem não consegue reparar e esquecer esse passado, pois

Há esquecimento de duas ordens: o individual e o coletivo. O esquecimento individual se dá quando uma pessoa, após um trauma, recalca o vivido que provocou o sofrimento, jogando-o no porão do inconsciente; ao não conseguir fazer o trabalho de luto, a pessoa produz sintomas, de maneira repetitiva. Para haver cura, é preciso relembrar, reviver o trauma através da palavra, ou seja, da narrativa, nas sessões de psicanálise ou através da escrita (FIGUEIREDO, 2017, p. 38).

Destacamos que as tentativas de conversas entre João e seu torturador figura uma tentativa por parte da personagem de cura de sua própria dor. Cura que acredita vir pelo retratamento de seu algoz, contudo isso não ocorre. O que são memórias ainda mais reprimidas.

O condomínio também representa a perpetuação da violência contra a classe pobre. Sérgio, continua seu processo de tortura por meio de sua empresa de segurança. Mas agora, contra pessoas pobres. Inclusive, ao passo que defendem o direito de segurança e habitação, negam aos vizinhos esse direito.

As malocas, como se referem ao espaço ocupado pelos moradores dos arredores, são consideradas zonas perigosas e, portanto, colocam em perigo a segurança dos moradores do luxuoso prédio. Ao falar da segurança de seu patrimônio, um dos moradores do luxuoso edifício chega a afirmar que é preciso matar as pessoas que consideram com “*cara de bandido*”. “(...) *Tem que matar meia dúzia em praça pública que aí o resto sossega(...)*” (VERISSIMO, 1982, p.67).

Presenciamos a violação dos Direitos Humanos da população pobre e marginalizada. Colocados na condição de seres quase que animalizados, que não se encaixam nos parâmetros sociais da classe dominante.

Quando analisamos a sociedade nos dias de hoje, vemos que as falas do conto continuam atuais, e comumente nos deparamos com o jargão “bandido bom é bandido morto”, incentivadas, sobretudo por chefes de Estado. O que só reforça a ideia de que ainda vivemos uma Ditadura contra a classe pobre, marginalizada.

## CONCLUSÃO

Os contos “A mancha” e “Condomínio” nos apresentam às memórias de um passado da história do nosso país que ainda não foi reparada. Embora tenha sido estabelecida leis e uma Comissão para tratar do assunto, esse passado violento continua nas memórias individuais de quem presenciou e foi torturado, bem como de suas famílias. O que presenciemos na atualidade é a tentativa de esquecimento e silenciamento dessas memórias. A negação desse passado histórico tortuoso e violento.

Por meio da ironia os contos nos colocam diante do caráter insuperável de nossos traumas históricos, sobretudo por nos percebermos incapazes de “vencer a passividade da posição ressentida para romper a linha de continuidade entre as iniquidades do passado ditatorial e as práticas viciosas da democracia” (NEVES, 2011, p. 6).

Conquanto, consideramos que a Ditadura continua. Além dos traumas insuperáveis, vivenciamos a opressão contra os pobres, desfavorecidos e marginalizados. Isso fica evidente nos dois contos, sobretudo em “Condomínio”. A segurança e bem-estar de uma certa parcela da sociedade implica expropriação e marginalização de outra, a classe pobre.

Presenciamos, por meio da imagem dos condomínios fechados de um lado, e o povo pobre do outro, a representação das divisões socioeconômicas existente na sociedade brasileira. De um lado visualizamos um pequeno grupo que detém o poder e de outro a população, pobre, marginalizada, privada de seus direitos e ainda assim, uma ameaça que precisa ser erradicada, como fica evidente no conto “Condomínio”, quando expõem a “necessidade” de reforçar a segurança privada de suas vidas e patrimônios. Uma segurança baseada no silenciamento e violação dos Direitos Humanos, assim como ocorreu no Regime Militar.

Para mudar essa realidade ditatorial a que estamos submetidos é preciso muito mais que leis e Comissões da verdade (uma Política Pública que embora tenha se apresentado como uma tentativa de reparação do passado, manteve a hegemonia do Estado). É preciso políticas públicas que realmente levem em consideração a Sociedade Brasileira como um todo. Com tratamento igualitário a todo o cidadão, e isso só é possível por meio de uma revolução do modelo de gestão vigente, dentre outros aspectos.

Ademais, o papel da literatura é fundamental, especialmente as obras literárias que trazem o horror e traumas sofridos por ocasião da Ditadura, através das memórias de seus personagens, para que se conheça e reflita criticamente esse passado histórico violento que por vezes é esquecido e até mesmo negado. Mas que também tematizam criticamente a realidade contemporânea. Pois esse passado não é tão longínquo, se concluirmos que vivemos uma continuação da Ditadura.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Posição do narrador no romance contemporâneo. *In: Notas de literatura I*. Tradução Jorge M. B. de Oliveira. São Paulo: Duas cidades, ed. 34, 2003.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Trad. Maria Letícia Ferreira. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2016.

CNV. *Capítulo 3: Contexto histórico das graves violações entre 1946 e 1988*. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo3/Capitulo%203.pdf>>. Acesso em: 27/02/2022.

CNV. *Capítulo 9: Tortura*. Disponível em: <Capítulo 9.pdf (memoriasreveladas.gov.br)>. Acesso em: 27/02/2022.

COSTA, Carlos Augusto. Humor e ética da representação em Luis Fernando Verissimo. Vitória: *Contexto*, n. 38, 2020/2.

DA SILVA, Fernando Moreno. Vou-Me Embora Pra Livraria, Pois Lá Tenho Alegria: Uma leitura das crônicas mais vendidas de Luis Fernando Verissimo. Araraquara: *Dissertação de mestrado*, UNESP, 2006.

DE ANDRADE, Vinicius Ribeiro. “Duvido que alguém ainda se lembre de alguma coisa dos anos 70”: a memória da Ditadura em *A mancha*, de Luis Fernando Verissimo. *Ensaaios*, 2014.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da Ditadura brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. (Des)memória e catástrofe: considerações sobre a literatura pós-golpe de 1964. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 43, p. 179-190, jan./jun. 2014.

FRAZÃO, Dilva. *Biografia de Luis Fernando Verissimo*. Disponível em: [https://www.ebiografia.com/luis\\_fernando\\_verissimo/](https://www.ebiografia.com/luis_fernando_verissimo/). Acesso em: 23/02/2022.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva/Maurice Halbwachs*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003, 224p.

LEHNEN, Leila. *Memórias manchadas e ruínas memoriais em A mancha e “O condomínio”*, de Luis Fernando Verissimo. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 43, p. 69-97, jan./jun. 2014.

MONTARDO, Ana Maria Portella. A política do esquecimento nas crônicas de Luis Fernando Verissimo. *Ao Pé da Letra*, 2001.

NEVES, Tereza Cristina da Costa. *Trauma e narrativa: Vozes silenciadas da tortura num conto de Verissimo*. XII Congresso Internacional da ABRALIC Centro, Centros – Ética, Estética 18 a 22 de julho de 2011 UFPR – Curitiba, Brasil

VERISSIMO, Luis Fernando (1982). O condomínio. *In: Outras do analista de Bagé*. Porto Alegre: L&PM.

VERISSIMO, Luis Fernando. *Vozes do Golpe: a mancha*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.